

CRISE AMBIENTAL, ACUMULAÇÃO E SUBSISTÊNCIA RURAL

EXTRACTIVISMO E A NOVA FRONTEIRA DE ACUMULAÇÃO NO CONTEXTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Natacha Bruna

INTRODUÇÃO

POLÍTICAS ECONÓMICAS ASSENTES NO MODELO DE DESENVOLVIMENTO EXTRACTIVISTA E A EMERGÊNCIA DA CRISE AMBIENTAL

A economia moçambicana apresenta uma estrutura típica de uma economia onde o extractivismo predomina em múltiplos sectores. A política económica, em Moçambique, tem centrado-se em promover elevados níveis de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), tendo atingido um máximo, em 2013, de cerca de USD 6,697 mil milhões; este montante foi principalmente canalizado para a extensão da capacidade produtiva dos IDEs e da capacidade de escoamento de mercadorias para exportação (Banco de Moçambique, 2019). É deste modo que o capital extractivo exerce a sua influência no crescimento económico no País. Portanto, a grande aposta é principalmente IDE, de média e larga escala, virado para a extracção de recursos naturais e exportação para mercados internacionais, os quais engajam num esquema de extrair-escoar-e-exportar, como é o caso da Vale Moçambique, Kenmare, SASOL, e muitos mais.

Está claro que este modelo de crescimento económico não tem sido eficiente e eficaz em reduzir a pobreza e em providenciar uma base produtiva, económica e social para um desenvolvimento sustentável, pelo contrário, tem resultado em altos níveis de dependência do País em recursos externos com altos custos sociais (Castel-Branco, 2014; Mosca *et al.*, 2013). Como resultado, Moçambique é considerado ainda um dos países mais pobres, com cerca de 46% da população a viver abaixo da linha da pobreza (Ministério da Economia e Finanças (MEF), 2016). Os níveis de insegurança alimentar continuam elevados, com cerca de 24% dos agregados familiares do total da população (Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN), 2014). O cenário de pobreza e vulnerabilidade social é

mais intensificado nas zonas rurais, onde estes grandes volumes de investimentos baseados na terra e extracção de recursos naturais são implementados.

Nas últimas décadas, as vulnerabilidades sociais históricas e as resultantes da penetração do capital no meio rural têm sido exacerbadas pela intensificação da crise ambiental global e impactos das mudanças climáticas. O relatório do *Intergovernmental Panel for Climate Change* (IPCC, 2007) afirma que África é o continente mais vulnerável em relação às mudanças climáticas e que até 2050, 350 a 600 milhões de africanos estarão em risco. Em Moçambique, uma grande preocupação está relacionada com a capacidade da população rural de produzir alimentos para a sua subsistência e para garantir a disponibilidade de alimentos num contexto de sistemas de produção de sequeiro altamente dependente de chuvas. Devido à variabilidade climática, alteração dos padrões de precipitação e temperatura, prevê-se que a produção de culturas alimentares, como milho, amendoim, mandioca e mapira, decresça consideravelmente (Abbas, 2022; Brito & Holman, 2012; Joala *et al.*, 2019).

É neste contexto que instituições financeiras e organizações internacionais apelam por um «mundo inteligente ao clima» (Banco Mundial, 2010; *The Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), 2013; entre outros). Ou seja, de acordo com estas, tornou-se urgente e uma prioridade global mitigar e adaptar às mudanças climáticas através da implementação de políticas e investimentos verdes e sustentáveis, ou seja, «aquelas que melhoram o desenvolvimento, reduzem a vulnerabilidade e financiam a transição para caminhos de crescimento de baixo carbono» (Banco Mundial, 2010, p. xx).

CRISE AMBIENTAL E SOLUÇÕES “VERDES”: UMA OPORTUNIDADE PARA MAXIMIZAÇÃO DE ACUMULAÇÃO?

A crescente preocupação global em relação às mudanças climáticas, através das políticas de mitigação, tem transformado políticas globais económicas com grande impacto nos processos de produção, distribuição e padrões de consumo. É preciso perceber que estas políticas são direccionadas principalmente a países do Sul Global, e particularmente para as zonas rurais com alto potencial de biodiversidade, como acontece no caso do mecanismo *Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal* (REDD+). É neste âmbito que o Governo de Moçambique recebeu cerca de USD 8,8 milhões apenas para preparar a estratégia nacional de REDD+ e instrumentos jurídicos/administrativos para operacionalizá-la (Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER), 2017).

A estratégia nacional de REDD+, em Moçambique, visa reduzir as emissões por desmatamento e degradação florestal, conservação florestal, gestão sustentável e aumento das reservas de carbono através de florestas plantadas (MITADER, 2016) concentrando-se em três sectores principais: agricultura, floresta e energia. A estratégia de REDD+ também integra mecanismos

de adaptação às mudanças climáticas, como a promoção de práticas agrícolas sustentáveis alinhadas com técnicas “inteligentes ao clima” e a aplicação do manejo florestal sustentável, incluindo a criação de um ambiente operacional favorável para as empresas de plantações florestais (MITADER, 2016, 2017). Foi neste quadro estabelecido pelo Governo moçambicano, dentro das orientações da *Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas* (UNFCCC), que começaram a ser implementados os projectos de mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Em relação à implementação de REDD+, estudos argumentam que este programa e políticas relacionadas têm o potencial de reforçar as desigualdades e exclusões sociais existentes no meio rural (Corbera, 2012; Corbera *et al.*, 2017; Phelps *et al.*, 2010) na medida em que estes projectos também são baseados na existência e/ou exploração de recursos como terra, biodiversidade, recursos florestais, entre outros.

Em resumo, a emergente preocupação global em relação às mudanças climáticas tem transformado as dinâmicas do capitalismo global. Nota-se que a economia global tem sido exponencialmente *green washed*, e discursivamente, com o objetivo final de proteger o ambiente e mitigar as mudanças climáticas. Daí surge a necessidade de melhor compreender as implicações destas transformações em termos de padrões de acumulação, e particularmente para países como Moçambique, perceber as implicações destas na subsistência rural, visto que tais políticas são direcionadas principalmente ao meio rural.

METODOLOGIA

Este estudo tem o objectivo de compreender as implicações da crise ambiental e das suas soluções (políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas) para as dinâmicas de acumulação de capital assim como para a subsistência rural. Foi adoptada a lente teórica de extractivismo e diferentes ferramentas advindas do campo de conhecimento relacionado aos estudos críticos agrários, focados na economia e ecologia política, como, por exemplo, as questões ligadas a expropriação e usurpação de terras e recursos (Borras & Franco, 2013; Hall *et al.*, 2015; White *et al.*, 2012; Zoomers, 2010); extractivismo(s) e expropriação de recursos naturais (Acosta, 2013; Arsel & Büscher, 2012; Fairhead, Leach, & Scoones, 2012; Gudynas, 2021), entre outras.

Este texto constitui uma reflexão resultante de publicações da autora no âmbito da pesquisa de doutoramento. Foram tidos em conta dados recolhidos em quatro casos seguindo directrizes de políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, em particular a Estratégia de REDD+ em Moçambique, incluindo o caso da *Portucel Moçambique* e o seu projecto de plantação de eucaliptos, o caso da Reserva Nacional do Gilé e o REDD+ de conservação e o caso do projecto de reflorestamento em Gorongosa (*Nhambita Community Project*).

O trabalho de campo foi realizado de forma intermitente entre 2015 e 2021. A recolha de dados durante o trabalho de campo foi conduzida com base em métodos qualitativos,

incluindo observação participante, entrevistas semi-estruturadas (chefes de agregados familiares rurais, organizações não governamentais (ONGs), representantes do Governo local, representantes da administração da reserva, representantes do sector privado e representantes de plataformas locais) e discussões de grupos focais (chefes de agregados familiares rurais). Os dados qualitativos foram analisados através de uma abordagem de comparação constante, baseada num processo de codificação aberta, axial e selectiva, para poder rastrear processos e identificar causalidade e ligações entre processos e resultados (Boeije, 2002).

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A NOVA FRONTEIRA DE ACUMULAÇÃO CRISE AMBIENTAL GLOBAL E A MITIGAÇÃO COMO SOLUÇÃO

Moçambique constitui o terceiro país africano mais exposto a riscos climáticos (Banco Mundial, 2010) e é considerado um dos países africanos com maior vulnerabilidade às mudanças climáticas, principalmente pelo facto da subsistência rural depender maioritariamente do acesso a recursos naturais (Abbas, 2022; Ford *et al.*, 2015; Irish Aid, 2018; Warner *et al.*, 2016). Entre outros riscos ligados à crise ambiental, Moçambique apresenta os seguintes (Banco Mundial, 2010): (a) 2–4% de diminuição potencial no rendimento das principais culturas; (b) risco de elevação do nível do mar junto às populações costeiras (60% da população altamente vulnerável a inundação pela água do mar) e perda de aproximadamente 0,6% da área terrestre nacional; (c) 25% da população está em risco de desastres naturais e eventos climáticos extremos, como secas, inundações e ciclones tropicais; e (d) a sua localização geográfica torna-o um dos países mais vulneráveis a desastres naturais. Os impactos da crise ambiental podem resultar na diminuição do Produto Interno Bruto (PIB) do país (Banco Mundial, 2010; Warner *et al.*, 2016) e consideram-se um desafio para o sector da agricultura e para os camponeses, pois o impacto será mais intensificado no meio rural com efeitos agravados sobre a segurança alimentar e a pobreza (Abbas, 2022).

A crise ambiental é uma das que carrega consigo uma grande necessidade de mudança de paradigma em termos económicos, sociais e ambientais. Os seus impactos directos implicam destruição de bens económicos, instabilidade e até rupturas e, portanto, pressupõe mudanças fundamentais a curto, médio e longo prazo, na relação homem e meio ambiente, o que, conseqüentemente, implica mudanças fundamentais nos processos de produção, consumo e distribuição. Na mesma proporção que Moçambique necessita adaptar-se às mudanças climáticas, o País apresenta um grande potencial de biodiversidade necessário para a implementação de políticas de mitigação. Ou seja, Moçambique tem os recursos necessários para responder às preocupações globais de mitigação às mudanças climáticas.

Tendo em conta que 25% do território moçambicano tem potencial de conservação, nota-se a emergência de políticas e programas “verdes” alinhados ao objectivo de mitigar as

mudanças climáticas. Com o apoio directo do Banco Mundial, foi criada uma entidade pública nacional voltada para a administração de áreas de conservação (*Administração Nacional das Áreas de Conservação* - ANAC), juntamente com muitos outros projectos voltados para o apoio e administração de projectos ambientais. Estratégias como a *Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal* (REDD+), entre outras políticas que surgiram como as principais prioridades dos dois ministérios responsáveis por questões agrárias, fundiárias e ambientais no País.

POLÍTICAS VERDES E IMPLICAÇÕES PARA A SUBSISTÊNCIA RURAL: O CASO DO MECANISMO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES POR DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO FLORESTAL (REDD+)

O REDD+ constitui uma das principais políticas ambientais para a mitigação de mudanças climáticas no País. A estratégia REDD+, em Moçambique, visa reduzir as emissões de carbono com base em intervenções multisectoriais integradas. Esta estratégia integra a promoção do desenvolvimento rural como pilar principal, enquanto atrai investimentos verdes nos sectores de agricultura, floresta, energia e infra-estruturas (MITADER, 2016). Também reforça e estabelece áreas de conservação e defende que a comunidade deve usar a terra de forma compatível com a conservação e o turismo baseado na natureza.

Esta estratégia visa reduzir as emissões e aumentar as reservas de carbono focando-se em três sectores principais: agricultura, floresta e energia (MITADER, 2016). Entre outros objectivos, visa promover práticas agrícolas sustentáveis entre os produtores de pequena escala, promover o uso alternativo de energia, fortalecer a conservação e aplicar o manejo florestal sustentável, incluindo a criação de um ambiente operacional favorável para as empresas de plantações florestais (MITADER, 2016, 2017).

A Zona Tampão do Parque Nacional da Gorongosa foi um dos primeiros alvos desta política. O projecto piloto consistia no sequestro de carbono por reflorestamento (plantação de árvores) e “desenvolvimento comunitário” (como a implementação de microempresas e promoção de culturas de rendimento sustentáveis) através do esquema de Pagamento por Serviços Ambientais (Groom e Palmer, 2012; Jindal *et al.*, 2012). Os resultados indicaram que as actividades de desenvolvimento não relacionadas ao sequestro de carbono, como o emprego nessas microempresas, tiveram um impacto muito maior no alívio da pobreza, mas apenas para uma parcela menor das famílias (Groom e Palmer, 2012; Jindal *et al.*, 2012).

Bruna, Monjane e Samuel (2021) referem que, embora alguns produtores indiquem vantagens do plantio de árvores, foram verificadas implicações negativas socioeconómicas, desde a ruptura do rendimento após a saída da empresa, a tendência de substituir culturas alimentares por agro-florestamento, pondo em causa o acesso e disponibilidade de alimentos, adicionado

à condição de não se poder abrir novas áreas para outras actividades. Este projecto envolveu apropriação do controle e gestão da terra, visto que os camponeses contratados deixaram de ter poder de decisão sobre o aproveitamento dos seus recursos e ainda «envolveu também a usurpação de recursos ecológicos, particularmente o direito de fazer uso da biodiversidade para a sua própria subsistência, ou seja, os camponeses perderam o seu direito de emissão de carbono para permitir que os compradores dos créditos de carbono o obtivessem», Bruna, Monjane e Samuel (2021, p. 5).

Além deste, o REDD+ foi implementado na Reserva Nacional do Gilé, mas também envolve promoção de investimentos em plantações florestais, como o caso da empresa portuguesa *Portucel Moçambique* (veja-se o Quadro 1). Portanto, nota-se uma clara integração de objectivos económicos (lucro) nas políticas ambientais com elevados custos sociais (Bruna, 2017), e esta integração é suportada pelas directrizes de organizações internacionais como o Banco Mundial e a FAO (Banco Mundial, 2011; FAO, 2013). Ademais, é questionável a contribuição positiva de plantações florestais para a resolução da crise climática.

A subsistência rural tem sido também negativamente afectada por projectos ambientais que aparentemente não visam o lucro, como, por exemplo, o REDD+ para conservação como se verifica na Reserva do Gilé. Ao analisar os impactos da implementação de REDD+ nos meios de subsistência rurais em Gilé, foram identificadas implicações como a diminuição do acesso aos recursos determinantes a subsistência rural (incluindo recursos florestais, terras férteis e água) para responder aos objectivos de manutenção e/ou promoção dos níveis de biodiversidade. No entanto, verificou-se que houve um impacto negativo na segurança alimentar dos residentes da zona tampão da reserva assim como a diminuição da capacidade das famílias de produzir alimentos e culturas de rendimento (Bruna, 2022a). Ao aprofundar as análises neste caso, percebeu-se que a finalidade deste projecto é capturar carbono para a subsequente venda nos mercados internacionais, sendo que o preço de créditos de carbono no mercado internacional tem variado de 5 a 36 USD por tonelada nos últimos 5 anos.¹

Ou seja, existem fortes motivações económicas por detrás dos objectivos ambientais destas políticas e investimentos considerados “verdes” e que, em última análise, causam conflitos de terra, expropriação sem compensação adequada, rupturas nas estratégias de sobrevivência da população rural e afectam negativamente a subsistência rural. O quadro seguinte ilustra diferentes investimentos e políticas verdes que estão alinhados e relacionados (directa e indirectamente) ao REDD+ e que usam a luta contra as mudanças climáticas como estratégia de legitimação dos seus negócios e objectivos económicos explícitos ou implícitos. Sublinha-se que, além dos apresentados neste quadro, existem muitos mais e que estes apenas procuram ilustrar como diferentes projectos e investimentos verdes podem materializar-se e quais as implicações para a subsistência rural.

¹ <https://indices.ihsmarkit.com/#/Carbonindex>

TABELA 1: POLÍTICAS E INVESTIMENTOS VERDES ALINHADOS AOS OBJECTIVOS DO REDD+

Projecto/ investimento	Objectivo principal	Conflitos de terra	Expropriação de terra/ recursos sem compensação adequada	Implicações negativas na subsistência rural	Objectivos económicos
Portucel Moçambique (Bruna, 2017; Sítio & Lisboa, 2020)	Plantações florestais (eucalipto)	X	X	Restrição ao acesso a recursos; Segurança alimentar ameaçada; Diminuído acesso a emprego.	Comercialização (exportação) de madeira ou de derivados.
Green Resources (Ali, 2017; JA & UNAC, 2011)	Plantações florestais (Eucalipto e Pinho)	X	X	Restrição ao acesso a recursos; Segurança alimentar ameaçada; Diminuído acesso a emprego.	Comercialização de madeira ou de derivados.
Reserva do Gilé (Bruna, 2022)	Conservação e CSA (Projecto piloto REDD+)		X	Restrição ao acesso a recursos; Segurança alimentar ameaçada; Diminuído acesso a emprego.	Venda de créditos de carbono; Eco-turismo.
Procana (Borrás et al., 2011; Bruna, 2019)	Produção de biocombustíveis	X	X	Restrição ao acesso a recursos; Segurança alimentar ameaçada; Diminuído acesso a emprego; Acentuados conflitos intra e inter comunitários.	Exportação de etanol.
Parque Nacional do Limpopo (Bruna, 2019; Lumstrum, 2016)	Conservação e CSA	X	X	Restrição ao acesso a recursos; Segurança alimentar ameaçada; Diminuído acesso a emprego; Acentuados conflitos intra e inter comunitários.	Eco-turismo; Prevista a venda de créditos de carbono.
Nhambita Community Project (Bruna, Monjane, & Samuel, 2021)	Reflorestamento (plantio de árvores projecto piloto REDD+)			Restrição ao acesso a recursos; Segurança alimentar ameaçada; Diminuído acesso a emprego.	Venda de créditos de carbono.

Fonte: sistematizado pela autora com base nos estudos mencionados em cada projecto.

De modo geral, grande parte destas políticas são direccionadas ao meio rural, baseadas em ocupação de vastas extensões de terra e em mudanças de modos de vidas das populações rurais, seja por imposição de transformação das suas técnicas de produção ou restrição ao acesso de recursos determinantes para a sua sobrevivência.

DE AMEAÇA A OPORTUNIDADE DE ACUMULAÇÃO: EMERGÊNCIA DE UMA NOVA FRONTEIRA DE ACUMULAÇÃO

Inicialmente as mudanças climáticas e a crise ambiental foram entendidas como uma ameaça aos padrões de acumulação de capital a nível global, pelos limites de emissões de gases de

efeito estufa impostos por organizações especialistas no ambiente (*Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), *United Nations Environment Programme* (UNEP), entre outros). No entanto, vários autores realçam que o capitalismo converteu uma crise, causada por ele mesmo, numa nova estratégia de acumulação (Arsel, 2019) e que desta forma converteu a ameaça em oportunidade de acumulação por ter co-optado as estratégias de mitigação, transformando-as em oportunidades de acumulação (Bruna, 2021).

O quadro 1 ilustra como as políticas de mitigação constituem diferentes mecanismos que não só facilitam a usurpação de recursos (terra, recursos florestais e por aí em diante) para a materialização do lucro, mas como também criam *commodities* que integram novas possibilidades de acumulação de capital legitimadas pela luta contra as mudanças climáticas. É neste contexto que emerge o mercado de carbono como uma das recomendações do *Protocolo de Kyoto*. O mercado de carbono consiste na compra e venda de créditos de carbono. Estes créditos são “criados” ou “extraídos” de países com alto nível de biodiversidade e são comprados por multinacionais ou indústrias poluidoras noutros países, onde, através dos créditos de carbono, é permitido poluir o equivalente às toneladas de carbono compradas. É para responder a esta procura de créditos de carbono que muitos dos projectos do REDD+ em Moçambique são implementados. Por exemplo, no caso da Reserva do Gilé, a captação de carbono é maximizada através de imposição de restrições ao acesso da população residente na zona tampão, a promoção de práticas agrícolas “amigas do ambiente” e a imposição de limites de produção agrícola dos agregados familiares (agraria e pecuária), com vista a proteger e elevar os níveis de biodiversidade da Reserva.

Estas imposições constituem a base para a constituição de uma nova *commodity*, os créditos de carbono ou, por outras palavras, direitos de emissão. Esta é criada através das imposições e restrições direccionadas à população rural e às suas estratégias de sobrevivência, ou seja, através da expropriação dos direitos de emissão da população rural. Isso não apenas constitui uma oportunidade de acumulação para muitos actores em toda a cadeia de valor do carbono (como, por exemplo, empresas de medição e verificação da quantidade de carbono sequestrada, intermediários, instituições financeiras, entre outros) mas também apresenta uma oportunidade para multinacionais e indústrias poluidoras garantirem sua operacionalização dos seus negócios e manterem seus padrões de acumulação (Bruna, 2021).

Em outros casos que não seja REDD+ para conservação e captura directa de carbono, por exemplo, no caso da Portucel e plantações florestais, ainda se verifica a expropriação de recursos (neste caso, terra, entre outros recursos ecológicos) em nome da resolução da crise climática. E é através deste corte na subsistência e consumo destas famílias afectadas que se subsidiam diferenciados negócios (por exemplo, produção de papel através de plantações florestais), se custeia o alcance dos objectivos ambientais globais, mas que, por sua vez, acomodam principalmente a industrialização e modos de vida nos países mais desenvolvidos

e compradores de créditos de carbono. Sendo assim, assiste-se a um estabelecimento de uma nova fronteira de acumulação baseada em e legitimada por discursos e políticas verdes.

No entanto, nota-se pelos projectos e investimentos abordados neste texto que ambos pretendem responder a estímulos externos, inclusive de mercados internacionais. Mesmo no caso de expropriação de direitos de emissão, estes são posteriormente vendidos no mercado internacional, ou seja, os direitos de emissão são expropriados, extraídos e transferidos para actores externos. Os direitos de emissão/créditos de carbono constituem um novo recurso na corrida extractivista aos recursos em Moçambique, que se vai juntar ao carvão, gás e os demais (Bruna, Monjane, & Samuel, 2021). Por ser materializada através de diferenciados esquemas de extrair-escoar-e-exportar, mesmo que seja um recurso intangível, como os direitos de emissão, esta nova fronteira de acumulação apresenta um carácter extractivista, com o potencial de intensificar o modelo de desenvolvimento extractivista verificado em Moçambique.

DO EXTRACTIVISMO MINEIRO E AGRÁRIO AO EXTRACTIVISMO VERDE

INTENSIFICAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO EXTRACTIVISTA

O conceito de extractivismo tem sido usado despido do seu peso analítico e principalmente para referir-se à operacionalização dos investimentos na indústria extractiva. No entanto, este texto chama também a atenção ao facto de que ao usar o quadro teórico do extractivismo, estaremos a abrir a possibilidade de compreender com profundidade todas as nuances e relações de trocas assimétricas e injustas entre actores, países e regiões, as quais estão no centro das desigualdades económicas e sociais entre centros e periferias.

Há autores que já discutiam os mecanismos pelos quais o extractivismo se manifestava. Por exemplo, Bunker (1984) explorou as diferenças entre economias extractivas e economias produtivas, argumentando que as actividades extractivas teriam implicações adversas para a economia e «sobre o potencial de desenvolvimento das regiões afectadas» e para a trajetória de desenvolvimento das economias extractivas (Bunker, 1984, p. 1017). Castel-Branco (2014, entre outros estudos) também oferece valioso *input* para este quadro teórico, focando-se principalmente nas implicações socioeconómicas de uma economia extractiva.

O conceito de extractivismo como lente teórica começou a ser debatido com maior profundidade no contexto de experiências na América Latina e a intensificação de atividades extractivistas. Por exemplo, Acosta (2013) entende o extractivismo como um «modo de acumulação» baseado na remoção de recursos naturais para exportação. Gudynas (2021) refere que o extractivismo se caracteriza por diferentes formas de organizar a apropriação dos recursos naturais (como matéria, energia ou processos ecológicos) para servir aos propósitos humanos nos seus contextos sociais e ambientais. Por sua vez, Petras e Veltmeyer (2014) incluem também na sua abordagem a relação de exploração do trabalho assalariado.

Em Bruna (2022), define-se o extractivismo como um processo que alimenta a acumulação a partir de formas diferenciadas de remoção e apropriação da natureza (recursos naturais) por meio de níveis diferenciados de exploração do trabalho. A *commodity* extraída é transferida da região A para a região B e a acumulação materializa-se em todos os níveis da cadeia de valor das *commodities* até chegar à região B. A região A é geralmente uma economia periférica ou um polo extractivo, e a região B é um polo produtivo ou região industrializada onde a transformação, o consumo e a acumulação maximizada acontecem.

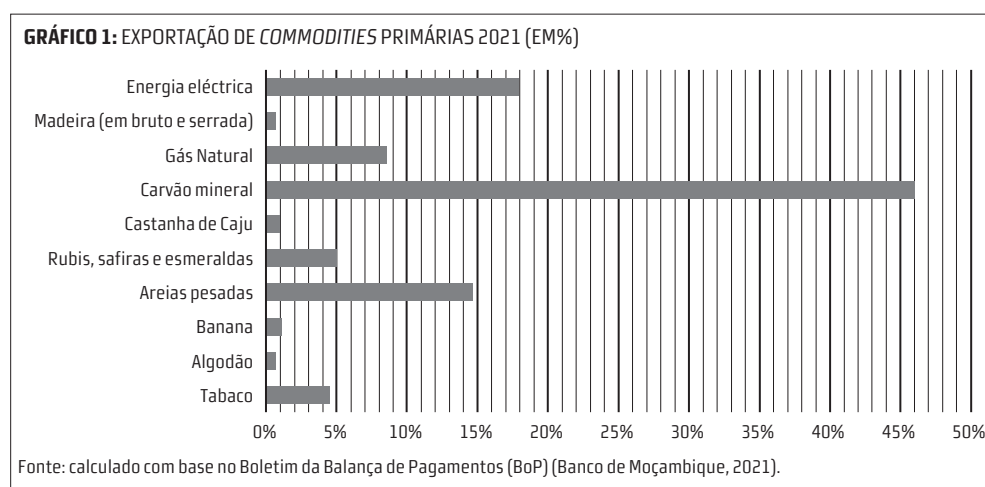
Em resumo, o extractivismo implica relações sociais, económicas e ecológicas assimétricas e exploradoras. Custos mais elevados, como a ruptura da organização social e económica e das forças produtivas, assim como de degradação ecológica, ficam para os núcleos extractivos, enquanto os ganhos e lucros económicos se concentram maioritariamente em países e actores das regiões industrializadas ou onde ocorre a transformação das matérias-primas em causa.

Bruna (2022), explora diferentes variações de extractivismo em função do nível de recursos naturais expropriados e do nível de exploração de mão-de-obra. Com base nessa reflexão, apresenta as três principais variações do extractivismo que considera serem processos diferenciados de expropriação e extracção de recursos: (1) extractivismo mineiro e energético, (2) extractivismo agrário, e (3) extractivismo verde.

O *extractivismo mineiro e energético* pressupõe que os recursos são literalmente ‘extraídos do subsolo’ (Ye *et al.*, 2020) para serem escoados e vendidos no mercado internacional, posteriormente transformados em produtos ou utilizados como energia para alimentar a industrialização externa. Nesta variação, geralmente há níveis elevados de expropriação de recursos naturais na sua forma original, que são tendencialmente investimentos intensivos em capital, em que há menores níveis de exploração de mão-de-obra. Sublinham-se, nesta variação, as implicações de deterioração ambientais fortes, como, por exemplo, destruição ecológica e de ecossistemas, poluição do ar, água e solos, contaminação de culturas alimentares de residentes nas áreas circunvizinhas, etc. Há áreas particulares em que se relaciona a emergência de doenças em residentes em áreas circunvizinhas devido à exposição de diferentes resíduos e poluição causados pela operacionalização de investimentos extractivistas mineiros e energéticos.

Esta variação de extractivismo é predominante na economia de Moçambique e tem sido analisada com base em diferentes abordagens. Castel-Branco (2014) explora o caso de Moçambique como uma economia extractiva, na medida em que o direccionamento de grandes volumes de investimentos para a indústria extractiva não atinge as metas de redução da pobreza e nem amplia a base social e económica para atingir o desenvolvimento. E, na realidade, estes investimentos e as suas actividades extractivistas tornaram-se, em vez disso, um condutor e promotor de exclusão social com implicações negativas para os meios de subsistência rurais (Bruna, 2017; Castel-Branco, 2014).

Uma característica da predominância do extractivismo é a exportação de bens não processados ou processados em fases iniciais da sua cadeia de valor. Em Moçambique, esta característica verifica-se não só na indústria extractiva, mas também no sector da agricultura. Aproximadamente 60% das exportações do País constituem *commodities* primárias. Ao excluir o alumínio, que se considera apenas uma *commodity* em trânsito, as *commodities* primárias representam aproximadamente 80% das exportações do País (Banco de Moçambique, vários anos).



Como se pode ver no gráfico, além de *commodities* mineiras, algumas das *commodities* primárias exportadas são agrárias, embora com menor peso. Portanto, é preciso ter em conta que a predominância do extractivismo em Moçambique vai além do sector da Indústria Extractiva. Os esquemas extractivistas de extrair-escoar-e-exportar manifestam-se também no sector da agricultura e daí surge o conceito de extractivismo agrário. O extractivismo agrário predomina em Moçambique, na medida em que recursos como a terra são apropriados para produção agrária em forma de monocultura para exportação sem grandes níveis de processamento. Em termos teóricos, o *extractivismo agrário* ou “agro-extractivismo” foi recentemente abordado por diferentes autores (Alonso-Fradejas, 2015; McKay, 2017; Petras & Veltmeyer, 2014; Ye *et al.*, 2020) e é uma variação emergente do extractivismo em que a retirada de recursos naturais não processados é feita no sector agrícola. Assiste-se, nesta variação, a uma combinação de expropriação de terra/recursos naturais e exploração de trabalho como base para produção e exportação de *commodities* não processadas ou com baixo nível de processamento, como, por exemplo, madeira, algodão fibra, *commodities*-base para produção de biocombustíveis, entre outros. Nesta variação de extractivismo, notam-se maiores níveis de exploração do trabalho na medida em que é mais intensivo em trabalho em relação aos projectos extractivistas mineiros, mesmo considerando os projectos extractivistas agrários mais intensivos em capital e tecnologicamente avançados (Alonso-Fradejas, 2021; Bruna, 2022).

Percebe-se que o extractivismo pode ter diferentes formas de se manifestar e que vai além do que é tangivelmente extraído do solo ou subsolo. É neste sentido que se aborda a mais recente variação, o *Extractivismo Verde*. Esta análise baseia-se na actual dinâmica de mercantilização de emissões de gases de efeito estufa através da emergência do mercado de carbono. Neste contexto, esquemas de captação de carbono (como reestabelecimento de áreas de conservação, reforestamento, entre outros) são implementados para maximizar a captura de carbono e de seguida comercializados no mercado internacional. Bruna (2022) refere que o extractivismo verde implica a expropriação, extracção e transferência de direitos de emissão, onde os expropriados são privados de recursos determinantes para a sua subsistência e reprodução social, bem como do seu direito de emitir. O extractivismo verde, no caso de áreas de conservação, diferentemente de outros casos e variações do extractivismo, não envolve necessariamente implicações ambientais negativas (directas) localizadas (poluição, perda de biodiversidade, etc.). No entanto, captura a capacidade ou a faculdade e possibilidade dos agregados familiares de usar e se beneficiarem legitimamente de activos/recursos ecológicos (incluindo biodiversidade, recursos florestais, direitos de emissão e assim por diante).

São estes processos de extractivismo verde que se ligam à nova fronteira de acumulação “verde” abordada na secção anterior. Em resumo, além do extractivismo mineiro e agrário, está a emergir e a consolidar-se, em Moçambique, uma nova fronteira de acumulação que tem um carácter extractivista com potencial de intensificar o modelo extractivista verificado no País (Bruna, 2022). Isto porque esta variação de extractivismo implica uma relação de troca assimétrica e exploradora economicamente, socialmente e ambientalmente.

O caso da Reserva do Gilé e REDD+ demonstra como estes recursos (direito de emissão/ créditos de carbono) podem ser extraídos e expropriados. Bruna (2022) refere que os direitos de emissão constituem a faculdade e possibilidade de usar e beneficiar legitimamente de activos/recursos ecológicos. Assim, em contextos de extractivismo verde, a população rural afectada pelos programas de captação de carbono são privadas de recursos florestais determinantes para a sua reprodução social, assim como do seu direito de emitir. No entanto, o extractivismo verde vai além do REDD+ de conservação, na medida em que este se pode manifestar em investimentos verdes como o caso do projecto de reforestamento da zona tampão em Gorongosa (caso da *Envirotrade* - veja-se quadro 1), prevenir o desmatamento por imposição de novas técnicas de produção ao nível da agricultura familiar, ou no caso de projectos agro-extractivistas como a *Portucel Moçambique* e o uso de *Climate-Smart Agriculture* como mecanismo de compensação, entre outros. Isto quer dizer que o extractivismo verde pode implicar, directa e indirectamente, a degradação do meio ambiente. Por exemplo, para o REDD+, a degradação do meio ambiente acontecerá em outras regiões no mundo, pois abrem-se possibilidades de os compradores de tais créditos de carbono poluírem.

EXTRACTIVISMO VERDE, NOVA FRONTEIRA DE ACUMULAÇÃO E IMPLICAÇÕES PARA A SUBSISTÊNCIA RURAL

De acordo com o Banco Mundial,

Moçambique tornou-se o primeiro país a receber pagamentos de um fundo fiduciário do Banco Mundial para reduzir as emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal - comumente conhecido como REDD +. O Forest Carbon Partnership Facility (FCPF) pagou a Moçambique US\$ 6,4 milhões pela redução de 1,28 milhões de toneladas de emissões reduzidas de carbono no ano 2018.²

No entanto, o *website* do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural refere:

Moçambique acaba de ganhar créditos de carbono, 50 milhões de USD, dinheiro que resulta do compromisso do Governo com a redução de emissões de gases por desmatamento. A primeira verificação do Programa de Gestão Integrada da Paisagem da Zambézia em Moçambique no âmbito do Fundo de Carbono do “Forest Carbon Partnership” (FCPF) foi recentemente concluída com a verificação de 2.040.904 reduções de emissões, resultantes de uma melhor gestão do desmatamento.³

O FCPF constitui um dos projectos a serem desenvolvidos no âmbito do REDD+ em Moçambique. Além da expropriação directa dos recursos (como terra, recursos florestais, direito de emissões, entre outros), a questão que se levanta está relacionada com o mecanismo de canalizar estas receitas de volta às comunidades. Isto porque, como mostra o Quadro 1, estes projectos e políticas têm implicações adversas à subsistência rural e representam uma ruptura às diferentes estratégias de sobrevivência da população afectada. Nos projectos visitados (em particular Gilé - REDD+ conservação e; Gorongosa - REDD+ reforestamento) constatou-se que a população afectada não tinha conhecimento dos objetivos económicos dos projectos, nem de que se tratava de captura e venda de crédito de carbono, tanto que um camponês residente da zona tampão da Reserva do Gilé referiu «Nós não entramos mais na Reserva, mas não vemos o benefício nisso».

Depois de quase uma década desde a implementação do REDD+ no Gilé, os agregados familiares ainda não receberam os benefícios da venda de créditos de carbono. Alguns receberam apenas compensações através de projectos de desenvolvimento comunitário que

² <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2021/10/15/mozambique-becomes-first-country-to-receive-emission-reductions-payments-from-forest-carbon-partnership-facility> consultado a 29.07.2022

³ <https://www.agricultura.gov.mz/creditos-de-carbono-mocambique-encaixa-50-milhoes-de-usd-com-programa-de-reducao-de-emissoes-de-carbono-tutelado-por-celso-correia/> consultado a 29.07.2022

não abrangeram o total dos agregados e, mesmo assim, foram considerados insuficientes na medida em que não compensaram a perda de recursos florestais e a sua principal fonte de proteína (obtida através da caça), conforme explicado anteriormente. Embora se espere que as vendas de carbono sejam compartilhadas com a comunidade, segundo o Relatório FFEM (2017), a forma mais adequada de repartir os benefícios seria distribuí-los da seguinte forma: (a) 20% para o Governo Central; (b) 64% para a Administração da Reserva e (c) 16% para apoio comunitário na implementação da agricultura de conservação.

Em outras palavras, a participação das vendas de carbono para as famílias rurais visa garantir que os seus modos de produção garantam a protecção da biodiversidade da reserva, mas não necessariamente visando melhorar os seus meios de subsistência nem compensá-los adequadamente pelas perdas incorridas. De acordo com um entrevistado que reside na zona tampão da reserva:

Antes, muitos se beneficiavam da reserva. Às vezes madeira, cogumelos. Então, assim que eles fecharam, não temos nenhum benefício em estar aqui. Aceitamos que sim, não podemos ir à reserva. Vamos ficar aqui na zona tampão. Então, ultimamente uma pessoa que sai daqui para ir cortar um pau e cozer para a construção da sua casa, é apanhada e é espancada. Não podemos tomar remédios de lá para beneficiar nossos corpos. Agora, nos alimentamos apenas de vegetais: feijão, batata doce¼ (Chefe de agregado familiar, Gilé)

Portanto, é através da combinação do corte do consumo necessário destas famílias e da expropriação dos seus direitos de emissão que a nova fronteira de acumulação foi criada, ou seja, foi através do corte da subsistência rural e de direitos de emissão dos mais pobres que o carbono é capturado e vendido (para mais detalhes, veja-se o Quadro 1). Fica claro que estas soluções que visam mitigar a crise climática, têm como prioridades objetivos económicos do capital e objetivos ambientais globais, marginalizando as prioridades e necessidades socioeconómicas das regiões onde se implementam tais políticas de mitigação, como é o caso de Moçambique.

CONCLUSÃO: REPENSAR AS SOLUÇÕES CLIMÁTICAS

Este texto procurou compreender as implicações da crise ambiental e das suas soluções (políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas) para as dinâmicas de acumulação de capital, assim como para a subsistência rural, em Moçambique, através da experiência das diferentes vertentes do REDD+. O texto ilustra que, numa economia com um modelo de desenvolvimento (rural) extractivista consolidado, as soluções para a crise climática juntaram-se à corrida extractivista aos recursos, envolvendo também altos custos sociais.

Neste momento, o País já apresenta uma configuração económica de um polo extractivo resultante das atividades extractivistas na indústria extractiva e até no sector da agricultura. Portanto, Moçambique tornou-se num fornecedor de matéria prima e energia a favor da industrialização e acumulação externa, estabelecendo-se um *framing* estrutural, social e económico de extracção-escoamento-e-exportação, sem alargamento das suas forças produtivas, com graves implicações ambientais (ruptura de ecossistemas e degradação ecológica) (Bruna, 2022). No entanto, esta pesquisa mostra que a solução climática também envolve investimentos e políticas que, embora discursivamente priorizem objetivos ambientais, geralmente são combinados com os objetivos de acumulação de capital, e resultam em expropriação e implicações adversas a subsistência rural.

O texto explora também diferentes circunstâncias em que as soluções climáticas são usadas para facilitar a acumulação de capital, seja pela legitimação da apropriação de recursos ou pela criação de novos espaços de acumulação, por meio da mercantilização da natureza. Uma análise mais aprofundada mostra que as mudanças climáticas e as políticas e esquemas para solucioná-las, que foram inicialmente percebidos como ameaças à acumulação, foram, na realidade, cooptados pelo capital global e integrados nos processos globais de acumulação.

Intrinsecamente ligada ao extractivismo verde surge a nova fronteira verde de acumulação, na qual emergem novas oportunidades e estratégias de acumulação, assim como estratégias de facilitar e legitimar a expropriação de recursos; sempre baseado em discursos sustentados pela luta contra as mudanças climáticas. Fazem parte desses esquemas o processo de expropriação e extracção de direitos de emissão, legitimar a expropriação de recursos (terra e recursos florestais), como no caso das plantações florestais mesmo que engajadas num esquema de extrair-escoar-e-exportar. Tudo isto ancorado no discurso em torno do alcance das metas globais climáticas. Por esse motivo, entende-se que, daqui em diante, o futuro dos agregados familiares rurais e dos seus meios de subsistência pode ser altamente dependentes do nexó carbono/lucro do capitalismo. É neste contexto que se recomenda o repensar das políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, tendo em conta os princípios de justiça climática no desenho e implementação destas políticas.

É importante esclarecer que políticas e investimentos verdes que vão além da agenda de mitigar as mudanças climáticas, por exemplo, economia circular, economia verde e assim por diante, também podem ser gatilhos, fazer parte e/ou relacionar-se com a fronteira verde da acumulação. Mais pesquisas são necessárias para entender como esses projectos e investimentos verdes podem ser interligados ou construir sinergias entre eles, ao mesmo tempo em que moldam novas formas de acumulação ou geram novas estratégias de legitimação.

REFERÊNCIAS

- Abbas, M. (2022). Efeitos das mudanças climáticas nos sistemas de produção em Moçambique: Implicações para a segurança alimentar. *Observador Rural*, No 123. Observatório do Meio Rural.
- Acosta, A. (2013). Extractivism and neo extractivism: Two sides of the same curse. In M. Lang & D. Mokrani (Eds.), *Beyond development: Alternative visions from Latin America* (pp. 61–86). Transnational Institute.
- Arsel, M. (2019). *Climate change and class conflict in the Anthropocene*. International Institute of Social Studies.
- Arsel, M., & Büscher, B. (2012). Nature™ Inc: Changes and Continuities in Neoliberal Conservation and Market-based Environmental Policy. *Development and Change*, 43(1), 53–78. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7660.2012.01752.x>
- Ali R. (2017). Dinâmicas e dilemas do emprego, trabalho e bem-estar nas agro-indústrias florestais em Nassa. In R. Ali, C.N. Castel-Branco, & C. Muianga (Eds.). *Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique*, 209–254. IESE.
- Alonso-Fradejas, A. (2021). ‘Leaving no one unscathed’ in sustainability transitions: The life purging agro-extractivism of corporate renewables. *Journal of Rural Studies*, 81, 127–138. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.10.001>
- Arsel, M. (2019). *Climate change and class conflict in the Anthropocene*. International Institute of Social Studies.
- Banco de Moçambique (2019). *Relatório Anual 2019*.
- Banco Mundial (2011). *World Development Report 2010: Development and climate change*. <https://doi.org/10.3334/CDLAC/cli.002>
- Banco Mundial (2010). *Economics of Adaptation to Climate Change: Mozambique*.
- Banco de Moçambique. (2021). *Boletim da Balança de Pagamentos*.
- Boeije, H. (2002). A purposeful approach to the constant comparative method in the analysis of qualitative interviews. *Quality and Quantity*, 36(4), 391–409. <https://doi.org/10.1023/A:1020909529486>
- Borras, S. M., & Franco, J. C. (2013). Global Land Grabbing and Political Reactions “From Below.” *Third World Quarterly*, 34(9), 1723–1747. <https://doi.org/10.1080/01436597.2013.843845>
- Borras, S.M., Jr.; Fig, D.; Suárez, S.M. (2011). The politics of agrofuels and mega-land and water deals: Insights from the ProCana case, Mozambique. *Afr. Political Econ*. 2011, 38, 215–234.
- Brito, R., & Holman, E. (2012). Responding to climate change in Mozambique: Theme 6 – Agriculture.

- Bruna, N. (2017). *Plantações Florestais e a Instrumentalização do Estado em Moçambique* (Observador Rural N.º 31).
- Bruna, N. (2021a). *From a Threat to an Opportunity: Climate Change as the New Frontier of Accumulation*.
- Bruna, N. (2021b). Extractivism, Rural Livelihoods and Accumulation in a Climate-Smart World: The rise of green extractivism. PhD Dissertation. International Institute of Social Studies. Amsterdam, The Netherlands.
- Bruna, N. (2022). A climate-smart world and the rise of Green Extractivism. *The Journal of Peasant Studies*, DOI: 10.1080/03066150.2022.2070482
- Bruna, N., Monjane, B., & Samuel, E. (2021). Para Além do Gás e Carvão: Créditos de Carbono na Corrida Extractivista aos Recursos Naturais Em Moçambique. *Destaque Rural*, No 135. Observatório do Meio Rural.
- Bunker, S. G. (1984). *Modes of Extraction, Unequal Exchange, and the Progressive Underdevelopment of an Extreme Periphery: The Brazilian Amazon, 1600-1980*. 89(5), 1017–1064.
- Castel-Branco, C. (2014). Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. *Review of African Political Economy*, 41, S26–S48. <https://doi.org/10.1080/03056244.2014.976363>
- Corbera, E. (2012). Problematizing REDD+ as an experiment in payments for ecosystem services. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 4, 612–619.
- Corbera, E., Hunsberger, C., & Vaddhanaphuti, C. (2017). Climate change policies, land grabbing and conflict: perspectives from Southeast Asia. *Canadian Journal of Development Studies*, 38(3), 297–304. <https://doi.org/10.1080/02255189.2017.1343413>
- Fairhead, J., Leach, M., & Scoones, I. (2012). Green Grabbing: A new appropriation of nature? *Journal of Peasant Studies*, 39(2), 237–261. <https://doi.org/10.1080/03066150.2012.671770>
- Fond Français Pour L'Environnement Mondial (FFEM). (2017). Reducing deforestation and degradation in the Miombo forests of the National Reserve of Gilé and its periphery, pilot project, Maputo, Mozambique.
- Ford, J. *et al.* (2015) The status of climate change adaptation in Africa and Asia. *Regional Environmental Change*, 15(5), pp. 801–814. Springer Berlin Heidelberg. <https://doi.org/10.1007/s10113-014-0648-2>
- Groom, B., & Palmer, C. (2012). REDD+ and rural livelihoods. *Biological Conservation*. <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2012.03.002>
- Gudynas, E. (2010). The New Extractivism of the 21st Century: Ten Urgent Theses about Extractivism in Relation to Current South American Progressivism. *Americas Program Report*, 1–14.

- Gudynas, E. (2021). *Extractivisms: Politics, Economy and Ecology*. Fernwood Publishing.
- Hall, R., Edelman, M., Borras, S. M., Scoones, I., White, B., & Wolford, W. (2015). Resistance, acquiescence or incorporation? An introduction to land grabbing and political reactions 'from below.' *Journal of Peasant Studies*, 42(3–4), 467–488. <https://doi.org/10.1080/03066150.2015.1036746>
- IPCC. (2019). Climate change and land grabbing. *Climate Change and Land*. <https://doi.org/10.4337/9781784710644.00020>
- Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). (2007). Climate change 2007: Impacts, adaptation and vulnerability. <https://doi.org/10.1016/B978-008044910-4.00250-9>
- Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). (2019). Climate change and land grabbing. In *Climate Change and Land*. <https://doi.org/10.4337/9781784710644.00020>
- IRISH AID (2018). Mozambique Country Climate Risk Assessment Report
- JA e UNAC (2011). *Os Senhores da Terra Análise. Preliminar do Fenômeno de Usurpação de terras em Moçambique-Casos de Estudo*. Justiça Ambiental e UNAC.
- Jindal, R., Kerr, J. M., and Carter, S. (2012). Reducing poverty through carbon forestry? Impacts of the N'hambita community carbon project in Mozambique. *World Development*, 40(10), 2123–2135. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2012.05.003>
- Joala, R., Abbas, M., Santos, L. dos, Bruna, N., Serra, C., & Ribeiro, N. (2019). Repensar a segurança alimentar e nutricional: Alterações no sistema agro-alimentar e o direito à alimentação em Moçambique. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Lunstrum, E. (2016). Green grabs, land grabs and the spatiality of displacement: Eviction from Mozambique's Limpopo National Park. *Area*, 48, 142–152.
- McKay, B. M. (2017a). Agrarian Extractivism in Bolivia. *World Development*, 97, 199–211. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2017.04.007>
- Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural [MITADER]. (2016). *Plano de Investimento Florestal (FIP) para Moçambique*.
- Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural [MITADER]. (2017). Environmental and Social Management Framework (ESMF). Maputo, Mozambique.
- Mosca, J., Abbas, M., & Bruna, N. (2013). *Economia de Moçambique 2001-2010: Um Mix de Populismo Económico e Mercado Selvagem*. Escolar Editora.
- Petras, J., & Veltmeyer, H. (2014). Extractive Imperialism in the Americas. In *Extractive Imperialism in the Americas*. <https://doi.org/10.1163/9789004268869>
- Phelps, J., Webb, E. L., & Agrawal, A. (2010). Does REDD+ Threaten to Recentralize Forest Governance? *Science*, 328, 312–313.

- Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional [SETSAN] (2014) Relatório de Estudo de Base de Segurança Alimentar e Nutricional em 2013 em Moçambique. Maputo.
- The Food and Agriculture Organization of the United Nations [FAO]. (2013). *CLIMATE-SMART AGRICULTURE Sourcebook* (Vol. 3, Issue 2). <https://doi.org/10.3224/eris.v3i2.14>
- The World Bank. (2010a). *Economics of Adaptation to Climate Change*.
- The World Bank. (2010b). *World Development Report 2010: Development and climate change*. <https://doi.org/10.3334/CDLAC/cli.002>
- The World Bank. (2011). *Climate-smart agriculture: A Call to Action*. <https://doi.org/10.4324/9781315621579-4>
- UNDP. (2019). *Human Development Report 2019 Inequalities in Human Development in the 21 st Century*.
- Veltmeyer, H. (2013). The political economy of natural resource extraction: A new model or extractive imperialism? *Canadian Journal of Development Studies*, 34(1), 79–95. <https://doi.org/10.1080/02255189.2013.764850>
- Ye, J., van der Ploeg, J. D., Schneider, S., & Shanin, T. (2020). The incursions of extractivism: moving from dispersed places to global capitalism. *Journal of Peasant Studies*, 47(1), 155–183. <https://doi.org/10.1080/03066150.2018.1559834>
- Warner, K. *et al.* (2016) Climate Change Profile: Mozambique.
- White, B., Borras, S. M., Hall, R., Scoones, I., & Wolford, W. (2012). The new enclosures: Critical perspectives on corporate land deals. *Journal of Peasant Studies*, 39(3–4), 619–647. <https://doi.org/10.1080/03066150.2012.691879>
- Zoomers, A. (2010). Globalisation and the foreignisation of space: Seven processes driving the current global land grab. *Journal of Peasant Studies*, 37(2), 429–447. <https://doi.org/10.1080/03066151003595325>